

DEPOIMENTO: RETRATO DE UMA ADVOGADA QUANDO JOVEM

Pela D.^{ra} Margarida Malvar()*

Retirei, abusivamente o título para esta despreziosa reflexão sobre o exercício da advocacia, do livro de James Joyce, *Retrato do artista quando jovem*. Gosto muito da obra de Joyce e recordo-me de ler uma análise a este livro, onde se referia que nele o autor trataria “a difícil passagem da adolescência à maturidade, a busca do sentido da vida e da arte, a urgência do indivíduo frente à sociedade, o carácter aleatório e quase sempre desconcertante da vida...”. Considero estes temas como elementos estruturantes do meu modo de ser e agir e daí a apropriação do título, para de alguma forma centrar o que gostaria de transmitir.

Porquê a advocacia

Nasci no ano de 1944, em Vila Nova de Famalicão, uma pequena vila no norte do País, e, como sói agora dizer-se, inteiramente rural.

Poucas jovens do sexo feminino estudavam além da quarta classe. A maioria, quando tinha essa oportunidade, seguia a via do ensino.

(*) Advogada desde 1974, foi uma das mulheres candidatas da Oposição Democrática a eleições, durante os 48 anos de fascismo. Antes do 25 de Abril esteve ligada ao MDP-CDE e foi candidata da CDE, pelo distrito de Braga, nas eleições de 1969. Entre 1982 e 2004, foi militante do PCP e participou em atividades do Movimento Democrático das Mulheres (MDM) e da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas.

Desde que tenho consciência do que sou, que sempre quis seguir profissionalmente a área do Direito, ser advogada, sendo que o meu objetivo determinante era, na altura, a proteção dos injustiçados. Por várias razões.

O meu Pai era bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Casado e com três filhos, pretendeu seguir carreira como funcionário público. Concorreu a diversas funções — procuradoria, conservatórias, notariado — e chegou a ser nomeado, mas nunca tomou posse. As razões invocadas: “Não tinha parecer favorável da polícia política — PIDE”. Agarrou o estabelecimento do meu Avô e toda a vida exerceu o comércio, como forma de sustentar a Família.

Pelos meus oito anos, o meu Padrinho, e posteriormente Patrono, Dr. Lino Lima, destacado advogado oposicionista, foi preso pela PIDE. Fui visitá-lo à cadeia, na rua do Heroísmo, no Porto, com a sua mulher, Maria Júlia Aguiar. Os polícias, sempre presentes durante a visita, não nos deixaram aproximar, não permitiram qualquer contacto físico (nem de uma criança) e levaram-no passada uma meia hora sem uma despedida. Foi depois transferido para a cadeia do Aljube, em Lisboa, onde permaneceu durante uns meses, sendo depois libertado sem culpa formada. Ainda conservo a correspondência que nessa altura com ele troquei.

A estas injustiças de caráter pessoal, juntaram-se muitas outras socialmente visíveis e mesmo muitas outras invisíveis, pelo menos aos olhos de quem as não queria ver.

A decisão tomada em criança, de ajudar a proteger os injustiçados, mais se enraizou com as leituras incentivadas pela minha Mãe, de Victor Hugo, Dickens, Tolstoi, Steinbeck, Jorge Amado e dos autores neorrealistas.

Em Famalicão não havia ensino público além dos quatro anos da escola primária. Havia um colégio particular e, mesmo esse, só até ao antigo 5.º ano do liceu. Não havendo dinheiro, não havia estudos (para os rapazes havia sempre o recurso ao seminário).

Concluí o ensino liceal no Liceu Nacional de Braga e, em setembro de 1962, ingressei na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

O curso de Direito era um curso para homens, até porque para algumas saídas profissionais não eram admitidas mulheres (magistratura e diplomacia). Nesse primeiro ano de 1962 éramos apenas 15 mulheres num universo de cerca de 200 homens.

Na altura, Coimbra fervilhava e estava ainda bem presente o espírito da crise de 1962, o que se refletia no Movimento Académico e nas várias atividades cívicas e culturais a que, naturalmente, aderi. Em Coimbra fizemos muito mais do que estudar Direito, fizemo-nos cidadãos, participantes

ativos contra a opressão da ditadura e contra a guerra colonial, que nos levava colegas e amigos.

Em janeiro de 1969, fui indigitada pelo Movimento da Oposição Democrática de Braga (MDP/CDE) como candidata nas listas para eleições à então Assembleia Nacional, que se realizariam em outubro. Frequentava o 5.º ano de Direito.

Em Coimbra, em 17 abril desse ano, na inauguração do edifício das Matemáticas, a decisão do Presidente da República, Américo Tomaz, de não dar a palavra ao Presidente da Associação Académica de Coimbra, Alberto Martins, foi o detonador para as manifestações estudantis que se seguiram. Houve prisões e a incorporação de dezenas de estudantes no serviço militar, com vista a serem enviados para a guerra colonial. A Academia reagiu, sendo convocada Assembleia Geral, onde se decidiu a greve às aulas, o cancelamento das festividades da Queima das Fitas e, posteriormente, a greve aos exames.

Seria o meu ano de licenciatura, mas a decisão de aderir à greve estava tomada.

Entretanto, no distrito de Braga, integrada no movimento da Oposição Democrática, participava nas diversas atividades propostas com vista às eleições de outubro, nomeadamente uma intervenção que fiz em 16 de maio de 1969 no II Congresso da Oposição de Aveiro.

Findo o período eleitoral, casei, fui mãe e licenciiei-me em janeiro de 1972, grávida da segunda filha.

Inscribi-me de imediato na Ordem dos Advogados, iniciando o estágio, tendo como Patrono o Dr. Lino Lima e o acompanhamento permanente do meu marido, também advogado, Joaquim Loureiro, que era um incentivador dos meus estudos e percurso profissional.

Na então Comarca de Vila Nova de Famalicão, havia à data apenas dois estagiários, eu e um colega, pelo que éramos constantemente chamados para os serviços oficiosos, quando não havia advogado constituído. Era trabalho não remunerado, mas fi-lo sempre com afinco e aprendi muito. Recordo-me da minha primeira nomeação para uma defesa oficiosa e do conteúdo da acusação. Após estudo aturado do processo, defendi haver “falta de consciência da ilicitude”, teoria aprendida nos manuais do meu Professor Eduardo Correia. Não me recordo de ter visto esta teoria com aceitação na jurisprudência e naquele caso também não, porque houve desistência de queixa — com muita desilusão minha, pois imaginava-me a fazer uma “brilhante” defesa; caloirices!

Durante bastante tempo fui a única mulher advogada no Distrito de Braga. Nos Tribunais (secretarias e magistraturas), todos os profissionais

eram homens, o que nunca me incomodou. Embora fosse notória a estranheza pela novidade, também nunca me senti discriminada. Sempre me assumi como advogada, no exercício da sua profissão e, como tal, não questionava, nem nunca permitiria ser questionada em função do género.

Não posso, contudo, afirmar ter sido fácil conciliar o exercício profissional a tempo inteiro, como profissional liberal, a atividade política que mantive (vereadora e deputada municipal no concelho de V.N. Famalicão) e o ser mãe de três filhas (fiz questão de ser uma mãe sempre muito presente). Além disso, nunca descurei a participação e trabalho desenvolvido na Ordem dos Advogados, que considerei sempre como um dever (fui vogal e, depois, presidente da então Delegação Concelhia, avaliadora nos júris das provas de agregação, e eleita para o primeiro Concelho de Deontologia da então distrital do Porto da Ordem dos Advogados).

Patrocinei os estágios de muitos Colegas, de quem muito me orgulho, pelo brio e honradez com que exercem a cada vez mais difícil profissão de ADVOGADO. Sempre lhes procurei transmitir o que o meu Patrono também me transmitiu, que “o Advogado terá que ser a pessoa a quem o cliente confia a honra e a fazenda”. Esta foi a única profissão que exerci a tempo inteiro e posso dizer que me realizei completamente no seu exercício.

MARGARIDA MALVAR